



BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO III

MODELO DE FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS (FIC)

Empresa contratada:

Contrato nº:

Processo licitatório nº:

1. DADOS PESSOAIS

Nome:

CPF:

Apelido:

Data de nascimento:

Nacionalidade:

Naturalidade:

UF:

Nome do pai:

Nome da mãe:

Estado civil:

Cônjuge:

Identidade (RG):

Órgão expedidor:

Data da expedição:

Redes sociais de que participa e nome de identificação nas redes:

Possui parentesco ou vínculo familiar (até 2º grau) com servidor, ex-servidor ou terceirizado do BC?
Se sim, favor informar o nome do servidor, ex-servidor ou terceirizado e grau de parentesco ou vínculo familiar.

2. ENDEREÇOS

ENDEREÇO ATUAL

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Cidade:

UF:

Tempo de moradia (período):

Telefone: ()

ENDEREÇOS ANTERIORES (considerando os últimos 5 anos)

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Cidade:

UF:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Cidade:

UF:

Logradouro:



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Número: Complemento: Bairro:
Cidade: UF:

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (empregos anteriores)

Empregador:
Cargo, função, atividade:
Cidade: UF:

Empregador:
Cargo, função, atividade:
Cidade: UF:

4. DADOS ESCOLARES

ENSINO SUPERIOR

Nome do estabelecimento:
Cidade: UF:

ENSINO MÉDIO

Nome do estabelecimento:
Cidade: UF:

ENSINO FUNDAMENTAL

Nome do estabelecimento:
Cidade: UF:

5. ANTECEDENTES

Já foi preso? () Sim () Não
Se sim, favor explicar o contexto em que se deu a prisão:

Respondeu ou responde a Inquérito Policial na Polícia Civil ou na Polícia Federal? () Sim () Não
Se sim, favor explicar o contexto que gerou o inquérito:

Respondeu ou responde a Inquérito Policial Militar (IPM) na Justiça Militar? () Sim () Não
Se sim, favor explicar o contexto que gerou o inquérito:



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Respondeu ou responde a Processo Criminal na Justiça Eleitoral? () Sim () Não

Se sim, favor explicar a motivação do processo e em que instância se encontra:

Respondeu ou responde a Inquérito Policial na Polícia Civil ou na Polícia Federal? () Sim () Não

Se sim, favor explicar o contexto que gerou o inquérito:

Respondeu ou responde a Processo Criminal na Justiça Comum? () Sim () Não

Se sim, favor explicar o contexto que gerou o Processo:

Já foi submetido a um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) a partir da acusação de prática de crimes de menor potencial ofensivo? () Sim () Não

Se sim, favor explicar a motivação do TCO e em que instância se encontra:

Já ocasionou lesão corporal a outrem no ambiente familiar ou de trabalho, envolveu-se em desavenças ou chegou às vias de fato com vizinhos ou familiares? () Sim () Não

Se sim, favor explicar a motivação e o desfecho da ocorrência:

Já foi indiciado por crimes previstos na lei Maria da Penha (lei nº 11.340/06)? () Sim () Não

Se sim, favor explicar a motivação e em que instância se encontra:



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Caso ocupe ou tenha ocupado cargo público nas esferas municipal, estadual ou federal, informe se responde ou respondeu a Sindicância Disciplinar, a Inquérito Administrativo ou a Processo Administrativo? () Sim () Não
Se sim, favor indicar o local e o motivo:

6. DADOS PATRIMONIAIS

Automóveis (com as respectivas placas):

Imóveis (com os respectivos endereços):

Declaro, sob as penas da Lei, inseridas no art. 299 do CP*, que todas as informações aqui prestadas são verdadeiras e que não omiti nenhum fato que possa inviabilizar ou mesmo desaconselhar a minha prestação de serviços ao Banco Central do Brasil. Outrossim, autorizo o Departamento de Segurança do Banco Central do Brasil a verificar ou determinar a verificação das informações aqui prestadas e a constatar se possuo conduta pessoal e idoneidade moral compatível com critérios de segurança estabelecidos pela Autarquia para a prestação de serviços direta ou indireta à Autoridade Monetária.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

*CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.